

COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 18, DE 2024

Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios, para incluir o fator amazônico entre os critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Municípios.

Autor: Deputado HENDERSON PINTO

Relator: Deputado AIRTON FALEIRO

I - RELATÓRIO

O projeto de lei complementar em epígrafe, de autoria do nobre Deputado Henderson Pinto, busca alterar a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional – CTN), para incluir o fator amazônico entre os critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Municípios.

A alteração se dá pela inserção de um parágrafo no art. 91 do CTN para dispor que o coeficiente individual de participação dos municípios será considerado em dobro quando o município estiver localizado na Amazônia Legal.

O projeto foi distribuído às Comissões da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais; Finanças e Tributação (mérito e art. 54 RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

Após a análise pelas Comissões, a proposição será objeto de apreciação pelo Plenário e seu regime de tramitação é de prioridade, conforme



o art. 24, inciso I e art. 151, inciso II, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O projeto trazido ao exame desta Comissão traz à pauta uma problemática que há muito tempo aguarda solução do Poder Legislativo: a insuficiência do critério populacional adotado pelo Código Tributário Nacional para promover a distribuição equitativa de recursos para os municípios brasileiros, o que tem nos afastado do objetivo fundamental da Constituição de 1988 naquilo que se refere à redução das desigualdades regionais (art. 3º, III).

O autor do projeto destaca que as normas atuais têm deixado desatendidas ou mal atendidas por políticas públicas muitas pessoas na Amazônia. Isso ocorre, segundo ele, em função do que se habituou a chamar de “custo amazônico”, que define o incremento de custo de bens e serviços causado especialmente pela infraestrutura deficiente, escassez de mão de obra especializada, custo das matérias prima e insumos e, em grande medida, aos desafios logísticos e climáticos.

Diante dessa problemática, o projeto busca internalizar o custo amazônico nos critérios de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios, majorando o percentual a ser recebido pelos municípios da Amazônia Legal, a fim de garantir que serviços de educação e saúde, em especial, possam superar os desafios que lhes são impostos.

O diagnóstico trazido na justificção da proposta não poderia ser mais assertivo, assim como a solução defendida pelo autor nos parece ser a mais adequada para atingir um resultado estrutural que contribua verdadeiramente para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Além dos benefícios sociais imediatos que podem ser vislumbrados a partir do reequilíbrio na distribuição de recursos, é preciso destacar um aspecto ainda mais relevante na medida: a continuidade. Isso



porque muitas políticas públicas de desenvolvimento social e econômico na região pecam pela transitoriedade, o que tende a ser resolvido com uma alteração estrutural como a proposta.

Nesse sentido, enalteçemos a iniciativa, que tem o potencial de levar dignidade e qualidade de vida a milhares de pessoas por vezes esquecidas em um vasto território costumeiramente lembrado somente pelas suas riquezas naturais.

Diante de todo o exposto, naquilo que compete a esta Comissão manifestar, **somos pela aprovação do PLP nº 18/2024.**

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado AIRTON FALEIRO
Relator

2024-8235

